



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16692 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ENTRE TEORIA E PRÁTICA: A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS SOB A LUZ DO VAAR/FUNDEB

Silvana Teixeira Gazott Simões - UFLA - Universidade Federal de Lavras

Giovanna Rodrigues Cabral - UFLA - Universidade Federal de Lavras

ENTRE TEORIA E PRÁTICA: A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS SOB A LUZ DO VAAR/FUNDEB

No âmbito do FUNDEB e da Condicionalidade I do VAAR/FUNDEB, este estudo tem como objetivo investigar como as secretarias municipais de educação estão implementando as mudanças necessárias que governam a seleção de diretores escolares, com base nos critérios de mérito e desempenho. O foco da análise abrange a identificação e descrição das estratégias e processos adotados pelas secretarias para adaptarem-se às novas exigências legislativas. Essas estratégias englobam a implementação de métodos administrativos e pedagógicos que alinham as práticas de seleção às normativas estabelecidas. O estudo também se dedica a levantar os principais desafios enfrentados pelas secretarias durante o processo de implementação, que incluem questões administrativas, resistências internas e necessidades de capacitação dos envolvidos.

Para estabelecer uma base sólida para a investigação sobre a implementação das políticas do FUNDEB, especificamente a Condicionalidade I, que enfatiza a seleção de diretores escolares baseada em critérios de mérito e desempenho. Fez-se necessário explorar as teorias fundamentais da gestão democrática nas escolas bem como contextualizar as normativas recentes do FUNDEB dentro do panorama mais amplo das reformas educacionais brasileiras possibilita elucidar os conceitos chave e as legislações pertinentes, mas também destacar como essas mudanças se alinham com os objetivos da pesquisa de compreender os impactos, desafios e as práticas eficazes na implementação da nova política educacional.

Este artigo utiliza uma metodologia integrada, combinando estudos teóricos com

abordagem qualitativa para investigar a implementação da condicionalidade I pelas secretarias municipais de educação. A revisão teórica, fundamentada nos autores Heloísa Luck e José Carlos Libâneo, oferece o quadro conceitual necessário para entender as diversas facetas da gestão democrática e as competências requeridas para gestores escolares. Este alicerce teórico é essencial para a formulação dos questionários e para a interpretação contextual dos dados coletados. A pesquisa empírica foi conduzida por meio de questionários detalhados, destinados a captar uma variedade de dados sobre as práticas administrativas e pedagógicas adotadas pelas secretarias municipais de educação. O público da pesquisa foram secretarias municipais pertencentes ao grupo de WhatsApp da UNDIME MG, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que concordaram em responder ao questionário. Os questionários, aplicados aos responsáveis pelas secretarias municipais de educação, foram estruturados para avaliar diversos aspectos da implementação da Condicionalidade I. Eles incluíram seções dedicadas a informações gerais, interpretação e implementação de critérios, participação comunitária, desafios, capacitação, avaliação de impacto e sugestões para melhorias futuras. Esta estrutura permitiu uma análise qualitativa de percepções sobre os desafios e eficácias dessas práticas a partir das experiências e as percepções dos respondentes sobre as práticas de gestão democrática, fornecendo uma base rica para recomendações práticas destinadas a aprimorar a gestão escolar.

O processo de aplicação do questionário se deu a partir de sua distribuição no grupo de whatsapp da UNDIME, visando facilitar o acesso e aumentar a participação. Ao todo trinta e oito municípios responderam à pesquisa. As respostas foram analisadas através de análise de conteúdo, permitindo identificar temas sobre os desafios e sucessos da implementação das políticas. Os resultados desta pesquisa oferecem uma visão detalhada sobre a implementação da Condicionalidade I do VAAR/FUNDEB nas secretarias municipais de educação de diferentes municípios de Minas Gerais. A análise das respostas revela uma variação significativa nas práticas adotadas, destacando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelas secretarias na adaptação às novas exigências legislativas. A pesquisa abrange aspectos cruciais como a interpretação dos critérios de mérito e desempenho, a participação da comunidade escolar, os desafios administrativos e a capacitação dos gestores escolares, proporcionando uma compreensão abrangente dos impactos e das necessidades de aprimoramento na gestão democrática nas escolas. A maioria dos respondentes ocupava cargos de chefia ou secretaria municipal de educação. A distribuição do porte dos municípios foi variada, com predominância de municípios pequenos de até 20.000 habitantes.

As secretarias pesquisadas reconhecem que a participação mais ativa e engajada da comunidade escolar é fundamental para fortalecer a gestão democrática. Essa colaboração não apenas enriquece o processo decisório, mas também assegura que as políticas implementadas reflitam as necessidades e expectativas da comunidade. Este estudo pode contribuir significativamente para a literatura sobre gestão educacional e práticas de governança escolar, ao oferecer uma perspectiva detalhada sobre a implementação de políticas públicas em diferentes contextos. As descobertas podem fornecer base para que os

formuladores de políticas refinem as diretrizes nacionais, de modo a atender melhor às especificidades dos municípios, promovendo assim uma gestão escolar mais inclusiva e participativa.

Além disso, é igualmente importante que novos estudos sejam conduzidos para explorar formas de preparar as equipes das secretarias municipais de educação para a implementação de novas condicionalidades e políticas públicas. Esse preparo é importante para garantir uma transição mais suave e sustentada, permitindo que as equipes compreendam plenamente as mudanças e estejam equipadas para aplicá-las. Investir na capacitação contínua e no desenvolvimento profissional dessas equipes é essencial para assegurar que as políticas de gestão democrática não só sejam implementadas corretamente, mas também levem a uma melhoria contínua na qualidade da educação oferecida.

Palavras-chave: FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES _ FUNDEB - MÉRITO E DESEMPENHO - POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. LDB – lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022. Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências. Brasília: DF, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília: DF, 2020c.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; Educação escolar: políticas estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Editora Alternativa, 2004.